

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004336-59.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Exibição - Medida Cautelar**
 Requerente: **Elaine Rodrigues de Albuquerque Prado**
 Requerido: **CLARO SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

ELAINE RODRIGUES DE ALBUQUERQUE PRADO ajuizou a presente **MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS** em face de **CLARO S/A - MATRIZ**, todos devidamente qualificados.

Aduziu o requerente, em síntese, que necessita de cópias dos contratos especificados às fls. 19 para apuração de eventual direito em face da requerida.

A inicial veio instruída com documentos.

O banco requerido foi citado regularmente, a apresentou defesa e os documentos às fls. 134/171 e 182/259.

A fls. 263/264 a autora se mostrou satisfeita com a documentação apresentada.

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A preliminar lançada a fls. 109/110 não prospera, já que a autora comprovou que mesmo diante da solicitação de alteração de titularidade da conta para o nome de Marcos Lazaro Prado as faturas continuaram a vir em seu (dela) nome (a respeito confira-se fls. 21 e ss).

No mais, a presente medida cautelar tem caráter satisfativo. Sua finalidade é a exibição e posterior conferência de documentos arquivados em repartição da requerida.

A requerida não negou o dever de exhibir, tampouco a existência dos referidos documentos.

Após ser citada, compareceu e apresentou os documentos solicitados.

A autora tem legítimo interesse na aludida exibição, a pretexto de conferir e analisar a documentação assinada pelo falecido marido.

Às fls. 264 mostrou-se satisfeita com a documentação.

Isso posto, **JULGO POR SENTENÇA** a presente ação e condeno a requerida nas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 880,00.

P. R. I.

São Carlos, 23 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**